

Segismundo Spina – *A Poesia de Gregório de Matos*, prefácio de Haroldo de Campos; São Paulo, EDUSP, 1995

1. No essencial, o volume que iremos comentar retoma um trabalho que o A. publicou em 1946. À partida, e independentemente da avaliação que fazemos da sua versão original, havia curiosidade em saber como, meio século depois, voltaria Segismundo Spina a encarar a obra de Gregório de Matos, tanto do ponto de vista da leitura quanto no respeitante à sua apresentação antológica. A expectativa fundava-se, antes de mais, no facto de, beneficiando do incremento dos estudos sobre o barroco, sobretudo a partir da década de 50, e da repercussão da edição de James Amado, saída em 1969, a visibilidade do poeta baiano se ter tornado muito mais intensa, tanto junto do público como ao nível da historiografia e da crítica literárias. Em consequência disso, e quase sempre no meio de alguma polémica, foram surgindo novas propostas de leitura da poesia de Gregório, ao mesmo tempo que, em áreas diversas, se foram impondo – sobretudo na última década – trabalhos com um certo carácter definitivo: no campo da biografia, poderíamos destacar a obra de Fernando da Rocha Peres (em especial *Gregório de Mattos e Guerra: Uma revisão biográfica*, Salvador, 1983); no domínio do estudo da obra, os ensaios de João Carlos Teixeira Gomes (*Gregório de Matos, o Boca de Brasa – Um estudo de plágio e criação intertextual*, Petrópolis, 1985) e de João Adolfo Hansen (*A Sátira e o Engenho – Gregório de Matos e a Bahia do século XVII*, São Paulo, 1989); na área da versificação, o trabalho de Rogério Chociay (*Os Metros do Boca: Teoria do verso em Gregório de Matos*, São Paulo, 1993); e, relativamente aos estudos vocabulares, a dissertação de doutoramento de Ruy Magalhães de Araújo (*Glossário Crítico-Etimológico das Poesias Atribuídas a Gregório de Matos e Guerra*, Rio, U.F.R.J., 1993).

Face a este panorama, interessava portanto conhecer a reacção de Spina – que entretanto publicou vários artigos sobre a obra de Gregório de Matos – e avaliar o modo como ele incorporaria as novas contribuições. Contudo, a expectativa despertada pela reedição do trabalho de 1946 sai frustrada. Evidenciando graves lacunas de informação, o A. foi incapaz de proceder a uma reformulação efectiva da obra, comprometendo assim a seriedade e a utilidade desta nova edição. É isso que procuraremos mostrar de seguida, percorrendo de forma breve os diversos momentos do trabalho de Spina.

2. A antologia é precedida por uma longa introdução (pp. 17-88), em que o A. procura apresentar o poeta baiano e a sua obra. Abrindo com uma secção dedicada à biografia, logo aí se evidenciam as lacunas de informação de que falávamos. Baseando-se – neste como noutros momentos do seu trabalho – num discutível e discutido relato biográfico setecentista feito por Manuel Pereira Rebelo, Spina ignora as muitas informações documentalmente apuradas nos últimos anos, tarefa especialmente devida a Fernando da Rocha Peres, como deixámos dito. De outro modo não se explicaria, por exemplo, que apontasse 1623 ou 1633 como ano de nascimento de Gregório e 1696 como ano da sua morte. Com efeito, essas duas velhas questões foram há muito resolvidas por Peres: Gregório de Matos nasceu na Baía a 23 de Dezembro de 1636 e morreu em Pernambuco a 26 de Novembro de 1695. A par de erros desse estilo e de muitas omissões, o A. produz também afirmações vagas, e parcialmente erróneas, deste tipo: «Gregório é nomeado curador de órgãos [o A. deveria querer dizer «órfãos»] e juiz de crimes respectivamente de uma comarca próxima de Lisboa e de um dos arrabaldes da mesma capital» (p. 20). Supomos que esteja a referir-se, respectivamente, aos cargos de juiz de fora de Alcácer do Sal, para o qual o poeta foi nomeado em 1663, e de juiz do Cível de Lisboa, com nomeação ocorrida em 1671. Mais grave, contudo, é a referência a supostos factos que carecem de suporte documental. É o caso, por exemplo, do

alegado exercício da advocacia em Lisboa, a propósito do qual o A. faz esta surpreendente afirmação: «para todos os processos, Gregório sempre encontrava soluções improvisadas, embargos de nulidade e arrazoados pornográficos» (p. 20). Por aqui se pode ver o estilo de biografia – romanceado e com frequência apoiado na obra atribuída a Gregório – que Spina apresenta ao leitor.

Relativamente às considerações sobre a poesia gregoriana, o panorama não é muito melhor. Um dos momentos mais interessantes é aquele que o A. dedica ao estudo do léxico, procedendo ao levantamento e comentário de arcaísmos mórficos e semânticos, formações pessoais, diminutivos e aumentativos, cultismos, provérbios e frases feitas, palavras e expressões latinas e castelhanas. Esta parte inclui também um interessante estudo da vertente *brasileira* do léxico gregoriano, com especial atenção aos termos de origem tupi e africana. Algum interesse apresenta também a discussão – a partir do conceito clássico de imitação – das acusações de plágio que, sobretudo desde a década de 30, pesaram sobre o poeta baiano. De forma segura, o A. considera os exemplos apresentados por Sílvio Júlio – o maior acusador de Gregório nesta matéria –, acabando quase sempre por rebater os seus argumentos e por mostrar que, mesmo partindo com alguma frequência de motivos, formas, versos alheios, o poeta brasileiro foi quase sempre original. Contudo, esta discussão poderia sair enriquecida se o A. convocasse alguns aspectos dos ensaios já referidos de Teixeira Gomes e de Rogério Chociay.

Menos felizes são os comentários sobre a poesia de Gregório de Matos. Ignorando propostas de leitura mais recentes, o A. fica-se por uma visão superficial que chega a cair no lugar-comum. Além disso, inclina-se em alguns momentos para uma leitura biografista da obra, inspirada por Rabelo. Por outro lado, incapaz de compatibilizar as vertentes que nela surpreende – a lírica, a sacra e a satírica –, propõe uma leitura cronológica, que carece de argumentos: «Ao que parece, o lirismo do Poeta, sobretudo o amoroso, foi precedido por uma intensa atividade satírica; a certa altura as duas formas correram paralelamente, até que, como ponto

de chegada, um período de fé e de reflexão lhe abonçou a impetuosidade venenosa e o gênio picaresco» (p. 48). Por aqui se percebe também que, para Segismundo Spina, a sátira resultaria de disposições temperamentais ou de ressentimento. Junta-se a esta concepção uma leitura realista do discurso satírico: segundo o A., Gregório foi «o primeiro prelo e o primeiro jornal que circulou na Colônia» (p. 59), e «É por intermédio dele e dos cronistas da época que poderemos reconstruir com grande fidelidade o retrato da sociedade brasileira do século XVII» (p. 54). Spina ignora assim aquilo que Hansen pôs em destaque: o discurso satírico obedece também a regras e convenções retóricas, particularmente normativas na época em que Gregório de Matos escreveu a sua obra.

Na secção intitulada «Bibliografia», o A. refere-se à problemática das fontes manuscritas, dando uma vez mais mostras de falhas de informação. Se é verdade que o levantamento sistemático e o estudo dessas fontes está longe de estar feito, é verdade também – ao contrário do que afirma Spina – que a informação existente é significativa e segura. Não se compreende por isso que o A. afirme que existem apenas cinco códices – referidos aliás de forma muito vaga – e se permita ainda tecer considerações sobre a sua excelência. O número de códices gregorianos que são do conhecimento público é muito maior. Só na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, há um total de 15 documentos, embora de natureza diferente (a par dos códices antigos, há quatro cópias modernas e um dactiloscrito), sendo que a sua relação foi pela primeira vez apresentada, ainda que de forma insatisfatória, em 1969 por James Amado. Por ela se ficou também a saber que existem na Biblioteca Histórica do Ministério das Relações Exteriores, no Rio de Janeiro, dois códices que pertenceram a Francisco Adolfo Varnhagen. Também desde 1969, estão inventariados em Portugal 9 códices, trabalho devido a Rocha Peres, que publicou na revista *Ocidente* um artigo intitulado «Gregório de Mattos e Guerra: Os apógrafos em Portugal». Vinte anos depois, Gilberto Mendonça Teles (na sua antologia *Se souberas falar também falaras*, Lisboa, 1989) revelaria a descoberta de outro códi-

ce em Portugal, na altura na posse de um particular e hoje na Biblioteca Nacional de Lisboa. Para além destes, são ainda conhecidos os dois códices existentes na Lybrary of Congress, em Washington.

Deficiências do mesmo tipo voltam a surgir na listagem bibliográfica com que o A. encerra a «Introdução». Para o comprovar basta que se observe que, dos 53 títulos da bibliografia passiva, apenas 8 foram publicados depois de 1950. Ora, sendo certo, como dissemos, que foi sobretudo a partir da edição Amado que Gregório começou a interessar de forma sistemática a crítica, isto significa que ficaram de fora muitos dos melhores trabalhos: quase todos os que referimos no início, a que poderíamos juntar uma série considerável de ensaios de bom nível, de autores como Ângela Maria Dias, Lúcia Helena, Haroldo de Campos, Alfredo Bosi, Maria Eurides de Freitas, Luiz Koshiha. Por outro lado, note-se que, ao lado de histórias da literatura que trazem artigos repetitivos sobre o poeta baiano, o A. cita muitos artigos e volumes sem interesse, como os de Plínio Barreto, Afonso Costa, Álvaro Guerra, António Lopes ou Otoniel Mota. Algo de semelhante se poderia dizer a propósito das «Edições e florilégios» elencados. Com efeito, basta notar que Segismundo Spina nem sequer indica a 2.^a edição de James Amado (*Gregório de Matos – Obra poética*, 2 vols., Rio de Janeiro, 1990). Ficaram igualmente de fora antologias que, recorrendo a fontes manuscritas anteriormente não utilizadas, têm uma importância acrescida, como é o caso da que preparou Darcy Damasceno (*Os Melhores Poemas de Gregório de Matos*, São Paulo, 1985) e a já referida de Gilberto Mendonça Teles.

3. A antologia propriamente dita também nos parece passível de críticas. Mesmo sem entrar no capítulo das apreciações individuais – discutindo a inclusão ou exclusão de determinados textos –, é possível observar de imediato que a imagem que esta antologia reflecte da obra de Gregório de Matos é pouco fidedigna. Isso fica a dever-se antes de mais ao facto de os 52 poemas apresentados terem sido

escolhidos a partir da edição de Afrânio Peixoto, que, como se sabe, não reúne toda a obra atribuída ao poeta baiano, inclusive pela circunstância declarada de ter sido excluída a parte fescenina que constava das fontes utilizadas. Se este critério se poderia compreender – mais do que aceitar – na época de Peixoto, é hoje completamente injustificável, comprometendo assim a antologia em apreço. Mais incompreensível ainda é que esta atitude tenha sido acompanhada por pequenos actos de censura, como a opção por uma forma como «c...» (p. 208). Da mesma forma, e apesar de a vertente satírica corresponder a cerca de metade dos poemas seleccionados, compreende-se mal o elevado número de textos de temática religiosa ou moral (cerca de um terço), que superam os de orientação lírica amorosa. Esta falta de fidelidade da antologia pode ainda ser observada no domínio das formas. Com efeito, há um claro predomínio dos sonetos (32), sendo que no conjunto da obra conhecida de Gregório de Matos os poemas em décimas (que na antologia pouco ultrapassam a dezena) são maioritários. Outro exemplo é o dos romances: apesar de se tratar de forma muito frequente e característica da poesia gregoriana, surge apenas uma vez na antologia.

Outra crítica que deve ser feita tem a ver com a inclusão de pelo menos seis poemas relativamente aos quais já foram levantadas sérias objecções de atribuição. É certo que esta matéria, na ausência de estudos sistemáticos, ainda não dispõe de conclusões definitivas, até porque é bem conhecida a pouca fiabilidade das indicações de autoria constantes das fontes, manuscritas ou impressas, do período barroco. De qualquer forma, e mesmo sem ter feito investigação própria neste domínio, Spina tinha obrigação de conhecer a bibliografia disponível sobre o assunto e, no caso de optar pela inclusão dos poemas duvidosos, de informar o leitor. Ora, na maior parte dos casos, não é isso que acontece.

O primeiro caso diz respeito aos sonetos «É a vaidade, Fábio, nesta vida» (p. 108) e «São neste mundo império de loucura» (p. 111), que, significativamente, alcançam uma escassa representação nos códices que reúnem a poesia atribuída a

Gregório. Como o A. deveria saber, Maria de Lordes Belchior Pontes (*Bibliografia de António da Fonseca Soares (Frei António das Chagas)*, Lisboa, 1950) apontou várias fontes manuscritas em que os sonetos surgem atribuídos a Fonseca. Mais tarde, Vítor de Aguiar e Silva (*Maneirismo e Barroco na Poesia lírica Portuguesa*, Coimbra, 1971) indicaria uma outra fonte manuscrita que confirma essa atribuição.

Outro caso é o do soneto «Ramilhete do ar, e flor do vento» (p. 155). Desta vez, contudo, o A. – apoiando-se na observação feita por Eugénio Gomes em 1968 – informa que uma versão algo diferente vem incluída no tomo III de *A Fenix Renascida*, atribuída a Francisco de Vasconcelos.

Em relação à décima iniciada pelo verso «Levou um livreiro a dente», o A. também dá conta de parte das dúvidas que ela oferece: citando Mário Martins a partir de Teixeira Gomes, refere que Filinto Elísio se referira a este texto como sendo de um António Barbosa. Há contudo outros elementos que demonstram que esse testemunho não é só é insuficiente como errado. Na verdade, tudo indica que a décima seja de António Serrão de Crasto. O primeiro a colocar a hipótese foi Xavier da Cunha (*Impressões Deslandesianas*, vol. II, Lisboa, 1894), que observou que nos cancioneiros dos séculos XVII e XVIII o texto tanto vinha atribuído a Gregório como a Serrão. Um testemunho adicional seria apresentado por Heitor Gomes Teixeira (*As Tábuas do Painel de um Auto (António Serrão de Crasto)*, Lisboa, 1977), que informa que a décima consta do manuscrito 6031 da Biblioteca Nacional de Lisboa, o qual está datado de 1704 e reúne apenas obras atribuídas a Serrão de Castro. Uma última prova pode ser encontrada no conjunto dos códices conhecidos que recolhem a obra do poeta baiano: o texto apenas consta de dois deles, sendo que num dos casos o malogrado judeu é dado como seu autor.

Os dois últimos poemas que oferecem dúvidas são as quadras de circunstância «Quando os meus olhos mortais» (p. 229) e «Dizem que as almas que vão» (pp. 229-230). Note-se, em primeiro lugar, que nenhuma delas consta dos códices gregorianos nem das várias versões da biografia de Rabelo. Por outro lado, a primeira

foi contestada por João Ribeiro (*Incertezas da nossa história literaria*, in «Revista da Academia Brasileira de Letras», n.º 3, Janeiro de 1911), que afirma que a anedota foi posta em circulação em 1868, nas *Memórias de Fr. João de S. Joseph*, bispo do Grão-Pará no século XVIII. Segundo o articulista, a atribuição do episódio ao poeta baiano feita pelo bispo poderá ter ficado a dever-se à sugestão do nome «Gregório» no final do epigrama. Apesar disso, refere, sempre foi tido como autor da quadra o P.º Brás da Costa, que viveu no século XVIII.

Feito este reparo, passemos agora ao comentário do texto apresentado por Segismundo Spina. O A. tinha declarado que utilizara as duas edições ditas completas, a de Peixoto e a de Amado, e que quase sempre preferira a primeira, por oferecer melhor leitura. No entanto, não é bem isso que se verifica: basicamente, o A. limita-se a reproduzir o texto da edição da Academia, adoptando em momentos isolados uma ou outra solução fornecida por James Amado. Por outro lado, raramente procede ao confronto explícito das duas edições: apenas nos casos em que há grandes discrepâncias ou quando nenhuma das soluções disponíveis lhe parece aceitável, tem o cuidado de apresentar ao leitor as duas alternativas. Acrescente-se ainda que, embora partindo da edição de Peixoto, o A. – sem o declarar – lhe introduziu modificações: actualizou a ortografia; tentou modernizar a pontuação, ainda que sem grande critério, o que chega a comprometer a compreensão dos poemas; alterou o sistema das maiúsculas, seguindo uma linha que também se revela incompreensível.

Para além destas insuficiências gerais, há uma série de falhas evidentes na fixação do texto dos poemas antologados. Citaremos apenas alguns exemplos:

– No soneto «É a vaidade, Fábio, nesta vida» (p. 108), o A. não teve a perspicácia suficiente para corrigir dois lapsos da edição da Academia: no v. 11, em vez de «alentos *presa*», deveria estar «alentos *preza*»; no v. 13, em vez de «*a guarda*», deveria estar «*aguarda*»;

- No v. 14 do soneto «São neste mundo império de loucura» (p. 111), em lugar do incompreensível «Se é galã», deveria estar «Se és galã», conforme de resto se lê em Peixoto;
- O verso inicial do soneto «Um calção de pindoba, *a meia zorra*» (p. 181) está errado, apesar de a lição ser comum a Peixoto e Amado. Em nota, o A. ainda tenta explicar a expressão destacada: «meia zorra» seria um tipo grande de pião. Reconhece contudo que essa proposta não se coaduna com o texto. Ora, mesmo sem recorrer às fontes manuscritas – em cuja esmagadora maioria se lê *porra* em lugar de *zorra* –, Spina poderia ter encontrado a solução na já citada antologia de Darcy Damasceno: «Um calção de pindoba *a meia porra*», isto é, a meia altura do pénis;
- No v. 6 do soneto «Um negro magro em sufulié justo» (p. 189), em lugar de «*Sem* crianças», deveria estar «*Seis* crianças», que é aliás a versão de Peixoto;
- Relativamente aos vv. 1-2 da quarta décima do texto «Ó vós, quem quer que sejais» (pp. 223-225), o A., adoptando a lição proposta por Peixoto, confronta-a com a de Amado e conclui que nenhuma delas oferece sentido claro. Na primeira lê-se: «Oh faça um copioso chão./ Uma sátira o Doutor»; a segunda regista: «Oh: faz a um cuspir no chão/ Uma sátira o Doutor». Prestando atenção ao contexto e colocando os elementos da frase em ordem directa, fácil é verificar que a segunda é a versão correcta e que o seu sentido é pleno: «Oh! O Doutor [Gregório de Matos] faz uma sátira a um [simples] cuspir no chão», isto é, tudo lhe serve de matéria para o exercício da sátira;
- No v. 8 do poema em *ovillejos* «Que falta nesta cidade? ... Verdade» (pp. 231-233), Spina acolhe a versão «neste *rocrócio*», sugerindo em nota que se trate de «termo gírio da época». Embora esta hipótese seja admissível, é contudo mais provável que a forma correcta seja «*socrócio*», como se lê na edição de James Amado, ainda que sem anotação explicativa. A solução talvez seja a que sugeriu Ângela Maria Dias na sua antologia (*Gregório de Matos – Sátira*, 2.^a ed., Rio, 1989, p. 94):

socrócio pode ser um substantivo formado a partir de *socrestar*, que Morais regista como variante de *sequestrar*;

– Uma observação final: terá sido por um erro de impressão que a décima «A nossa Sé da Bahia» (p. 219) é apresentada sob a forma de duas quintilhas?

Depois de cada poema, o A. apresenta quase sempre um comentário, geralmente útil, em particular no domínio da crítica de fontes. É contudo de lamentar que Spina se incline por vezes para uma leitura dos poemas segundo o relato biográfico de Rabelo, como acontece, por exemplo, com as décimas «Meu amado Redentor» (pp. 119-121). É de notar também que alguns comentários poderiam beneficiar de um melhor conhecimento da bibliografia especializada. A título exemplificativo, veja-se o soneto «Divina flor, si en esa pompa vana» (p. 103), o único poema em castelhano incluído na antologia e um dos poucos que não merece nem comentário nem notas. O motivo que o domina – a analogia entre os órgãos florais do maracujazeiro e os instrumentos da paixão de Cristo – poderia ter sido brevemente explicado por uma simples remissão para os trabalhos de Sérgio Buarque de Holanda (*Visão do Paraíso*, Rio, 1959) e Mello Nóbrega (*Arredores da Poesia*, São Paulo, 1978).

Quanto às notas, predominam as de carácter lexical, embora surjam também observações e comentários sobre outros aspectos do texto, a começar pelo estilo. Também neste domínio é possível surpreender alguns deslizes, que rapidamente exemplificaremos:

– No v. 7 do soneto «São neste mundo império de loucura» (p. 111), pode ler-se: «Se é *palestra* do engenho a campã fria». Afirma o A. que a palavra destacada se encontra na sua acepção primitiva de «parte do ginásio destinada aos exercícios do corpo», o que é manifestamente errado: sendo um atributo do engenho, *palestra* está no sentido mais corrente de «capacidade discursiva»;

– No v. 4 do soneto «Como corres, arroio fugitivo?» (p. 141), temos: «Que sempre a despenhar-se corre altivo». A propósito da forma destacada, o A. faz uma obser-

vação surpreendente e que dispensa comentários: «a partícula *se* é aí um mero expletivo, perfeitamente dispensável»;

– Em consequência de alguma falta de cuidado, visível noutros aspectos, o vocábulo *brichote* suscita duas notas diferentes (pp. 180 e 190);

– Confirmando a falta de revisão da edição de 1946, o A. remete a dada altura para «o recente trabalho de M. Rodrigues Lapa, *Estilística da Língua Portuguesa*, Lisboa, 1945» (p. 217).

4. Pelos motivos que fomos apontando, não podemos estar de acordo com Haroldo de Campos, que, no prefácio, saúda esta reedição como «um evento muito auspicioso». Num ano que coincidiu com a passagem do terceiro centenário da sua morte, Gregório de Matos merecia melhor presente, o que aliás – pelo que se conhece de outros trabalhos do A. – estaria ao alcance de Segismundo Spina.

*Francisco Topa**

* Publicado na *Revista da Faculdade de Letras – Línguas e Literaturas*, II Série, vol. XIV, Porto, Faculdade de Letras, 1997, pp. 557-563.